ATA N.º 27/2018

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2018

Aos dois dias do mês de julho do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões
dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino
Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha
Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo
Gonçalves e David Jorge Martins Brás, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara
Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:
1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores
2.º - Período de intervenção do público
3.º - Período de antes da ordem do dia
4.° - Ordem do dia:
<u>Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:</u>
1) Revisão do Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
2) Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Atouguia da Baleia -
Pelouro do Planeamento e Urbanismo;
<u>Divisão de Obras Municipais:</u>
3) Alteração de passagem de peões, no cruzamento da Rua da Ponte Velha com a
Avenida Monsenhor Manuel Bastos Rodrigues de Sousa, em Peniche – Pelouro do Trânsito;
4) Sinalização vertical na rampa de acesso ao Campo da República, em Peniche
– Pelouro do Trânsito;
5) Sinalização rodoviária em diversas ruas, em Ferrel – Pelouro do Trânsito;
<u>Protocolos:</u>
6) Projeto Intermunicipal de Valorização do Planalto das Cezaredas – Pelouro da
Cultura;
<u>Intervenção social:</u>
7) Alteração da titularidade do arrendamento de um fogo, sito no Bairro do
Calvário, n.º 40, em Peniche, a favor de António Manuel Costa Vala, Márcio José Costa Pereira e
Ludgero Emanuel da Ascensão Pereira, e atualização do valor da renda – Pelouro da Solidariedado
Social;
<u>Património municipal:</u>
8) Arrendamento de um edifício, sito no Cabo Carvoeiro, em Peniche, onde
funciona o estabelecimento de restauração denominado Nau dos Corvos – Pelouro das Finanças;
9) Programa museológico para a reinstalação do Museu Municipal de Peniche no
quadro da Rede Museológica do Concelho de Peniche – Pelouro da Cultura;
Aquisição de bens e serviços:
10) Cancelamento de garantia bancária, requerido pela empresa Construções
Pragosa, S.A. – Pelouro das Finanças;
<u>Delegação de competências do município:</u>
11) Acordo de execução da obra de criação de passeio na Rua Infante D
Henrique, na Bufarda, no âmbito do contrato interadministrativo de delegação de competências
celebrado com a Freguesia de Atouguia da Baleia – Pelouro de Ligação às Freguesias;
12) Licenciamento de concerto musical, requerido pela Academia de Musica
Estrela do Mar de Peniche, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral;

13) Licenciamento de bailes com música ao vivo, requerido pela Balealcoop -
Cooperativa de Serviços de Lazer e Ocupação de Tempos Livres, CRL – Pelouro da Administração
Geral;14) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra do Imaculado
Coração de Maria, e de arraial ao ar livre, na localidade do Casal Moinho, requerido pela
Associação Desportiva e Recreativa do Casal Moinho, com isenção de taxas — Pelouro da
Administração Geral;
Divisão de Energia e Ambiente:
15) Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos (RSU), na Zona antiga da
cidade de Peniche – Inquérito – Pelouro de Higiene e Limpeza;
Apoios diversos:
16) Apoio para a limpeza de uma habitação, sita na Rua das Flores, em Ferrel –
Pelouro da Solidariedade Social;
17) Atribuição de apoio à Equipa Alamo – Centro de acolhimento de crianças e
jovens em risco de Vila Franca de Xira, para estadia no Parque Municipal de Campismo e
Caravanismo de Peniche – Pelouro do Parque de Campismo;
18) Atribuição de apoio à Associação de Dadores Benévolos de Sangue de
Peniche, para a realização de uma campanha de recolha de sangue junto às praias 2018 – Pelouro
da Solidariedade Social;
Guimarães, para estadia no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche – Pelouro
do Parque de Campismo;
20) Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escuteiros 404 de Almeirim, para
estadia no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche – Pelouro do Parque de
Campismo;
21) Atribuição de apoio ao Agrupamento de Escuteiros 1272 de Lapas – Torres
Novas, para estadia no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche – Pelouro do
Parque de Campismo;
22) Atribuição de apoio à deslocação da comitiva de Peniche ao Torneio Nacional
de Futebol de Rua 2018 – Pelouro da Solidariedade Social;
Abrigos dos pescadores da Berlenga:
23) Atribuição de dois abrigos dos pescadores da ilha da Berlenga, para o ano de
2018 – Pelouro da Administração Geral;
24) Geoparque Oeste - Pelouro da Cultura
5.° - Aprovação da minuta da ata
A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta e cinco minutos,
encontrando-se na sala seis dos sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche
A reunião foi interrompida entre as doze horas e cinquenta minutos e as catorze horas e trinta
minutos
Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Josselène Nunes
Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina
Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião,
Etelvina Alves, Técnica Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística,
Alexandra Tormenta e Ângela Santos, Técnicas Superiores de Urbanismo da Divisão de
Planeamento e Gestão Urbanística, Jorge Carvalho e Gil Ribeiro da empresa Jorge Afonso
Carvalho, Urbanísticas, L. da, durante a apreciação e votação dos pontos um e dois da ordem do
dia, e Ana Cláudia Guedes, Assessora Jurídica na área do procedimento administrativo e atividade
regulamentar, durante a apreciação do ponto oito da ordem do dia

RECONHECIMENTO DE IDENTIDADE E LEGITIMIDADE:

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas: -Fátima Rosa, proprietária do estabelecimento "O Celeiro", em Peniche, disse que deu início a um novo projeto, há cerca de 4 meses, tendo sido criados postos de trabalho. Disse, ainda, que existia a necessidade de criar uma esplanada, que se iria adequar ao Largo Bispo de Mariana. Fezse acompanhar de um projeto que criaram, em conjunto com a Delta, que na sua ótica era viável e iria valorizar aquele largo. Referiu que pretendiam investir no Largo Bispo de Mariana, e que, para além do "Celeiro", adquiriram o edifício ao lado, para um alojamento local, e como tal, aquele largo deveria ser requalificado. Referiu que para a instalação da esplanada, necessitavam de 2 lugares de estacionamento, frente ao estabelecimento "Celeiro". O senhor Presidente da Câmara disse que conhecia o espaço e, deu os parabéns pelo magnífico trabalho ali feito. Relativamente às esplanadas, disse que se tinha que apostar, fortemente, no reordenamento do concelho, em particular da cidade, criando novos espaços com esplanadas. Disse que, caso a esplanada fosse aprovada, teriam que, em primeiro lugar, reorganizar o espaço de estacionamento e, apresentar, o reordenamento do passeio. Deu conta que estava a ser preparado o Regulamento Municipal de Publicidade e de Espaço Público. Disse, ainda, que no momento não existiam condições para aprovar a esplanada, porque o regulamento não o permitia. O senhor Vereador Filipe Sales deu os parabéns pelo bom gosto. Disse que, em relação às esplanadas, existiam regulamentos que a Câmara Municipal tinha que respeitar, mas, certo era que, os regulamentos devem ser dinâmicos, adaptando-se a novas realidades. Manifestou tristeza por não terem recebido, ainda, uma resposta ao pedido efetuado, dando-lhe a conhecer o parecer que dizia: "analisado o pedido, verifica-se que o mesmo não observa o disposto no n.º 1 do artigo 41.º, do Regulamento Municipal de Publicidade e Ocupação do Espaço Público, ou seja, não propõe uma esplanada implantada num passeio ou num espaço exclusivamente pedonal. Face ao exposto, salvo melhor opinião, o pedido não pode ser autorizado.". Disse, ainda, que, havendo um parecer, a Câmara Municipal, não poderia desrespeitá-lo. O senhor Presidente da Câmara disse que, em relação ao regulamento, quando estivesse em condições, seria trabalhado em reunião de câmara e, relativamente àquele largo, teria que ser estudado. Disse que era favorável a fazer algumas alterações e assumiu que era sua responsabilidade a falta de resposta ao requerimento. O senhor Vereador Jorge Gonçalves deu os parabéns pelo investimento feito. Disse que era defensor de esplanadas e que aquele largo deveria ser todo estudado e os passeios alargados, havendo, também, a necessidade de se encontrar soluções para o trânsito e para o estacionamento. Chamou a atenção para o facto de se tratar de

uma zona histórica, onde não deverá ser permitido, esplanadas com publicidade nem cadeiras de plástico. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: ------

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- -Parabenizou e agradeceu aos trabalhadores pela organização da corrida das fogueiras, aos participantes, às instituições que apoiaram e que, de alguma forma suportaram o evento, ao senhor professor Nuno Belo pela presença e aos senhores Vereador Mark Ministro, António Mendonça e Paulo Mamede que dirigiram toda a prova.
- -Deu os parabéns à Associação do Espaço Sénior de Atouguia da Baleia, pelo 2.º aniversário. ----
- -Deu conhecimento que, estava prevista, a vinda da exposição das propostas para a instalação do Museu Nacional da Resistência e Liberdade, de 5 a 21 de outubro, no Auditório Municipal. -----
- -Deu conhecimento que no dia 18 de julho, pelas 15 horas, irá ser promovida uma reunião com os proprietários de algumas das áreas da zona industrial de Vale do Grou, sendo sua pretensão fazer um convite ao Move Peniche, uma vez que estão interessados e, também, são proprietário.-----
- -Disse que, na próxima quinta-feira, pelas 15 horas, na sala de sessões do Município, irá decorrer a assinatura do acordo da Rota das Igrejas. ------
- -Deu os parabéns à Academia de Musica do Stella Maris, pelo concerto promovido na Igreja de São Pedro, na passada quinta-feira. ------
- -Deu conta de uma reunião, com a comissão executiva do Live Berlenga, onde foram transmitidas as preocupações da Câmara Municipal, procurando intervir e participar na solução dos mesmos.-
- -Deu conhecimento que se deslocou à Bufarda, com técnicos dos SMAS, para verificar os esgotos a céu aberto, que necessitam passar pela rua principal e, havendo necessidade de intervir naquela rua, em termos de ordenamento, não fazia sentido fazerem a obra. Disse, ainda, que já falaram com um dos proprietários, estão a tentar perceber se será possível o acordo para que a conduta passe, estando o Presidente da Junta de Freguesia informado daquelas duas possíveis soluções. --
- -Deu conhecimento que irá ser construído um novo muro, em Ferrel, por ter abatido o que lá existia, que suportava o terreno da Festa de Nossa Senhora da Guia.------
- -Em relação à deslocação à Cruz das Almas, para se verificar um edifício, informou que seria feita na reunião de Câmara de dia 9 de julho de 2018, ou pelas 12h00m ou pelas 14h30m.-----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- -Associou-se aos votos de felicitações do senhor Presidente da Câmara, reforçando com um agradecimento especial a todos os trabalhadores e voluntários da corrida das fogueiras.-----
- -Felicitou a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, pelo 15.º aniversário da Ascensão da Serra à Vila e pelas atividades promovidas, ontem.-----
- -Parabenizou o senhor Dr. Sérgio Leandro, que foi nomeado para o grupo de monotorização e gestão de informação, no âmbito do programa MaB da Unesco, em que foi decido criar grupos de

Senhora Vice-Presidente, Ana Rita Petinga:

-Associou-se aos votos do senhor Presidente da Câmara e do senhor Vereador Mark Ministro. ---

Senhor Vereador Filipe Sales:

-Associou-se aos votos já endereçados, fazendo um sublinhado especial à Corrida das Fogueiras e um agradecimento, sincero, aos funcionários camarários, mas também, aos grupos formais e informais que tornam aquela corrida possível e fazem da mesma uma referência no panorama nacional ao nível das corridas noturnas, no entanto, expressou a sua apreensão, tendo ficado preocupado porque, de ano para ano, a câmara municipal tem aumentado a sua capacidade, levando, naturalmente, a constrangimentos. O senhor Presidente da Câmara disse que era pertinente a preocupação, mas que a organização quis fazer a experiência de passar de 3500 para 4000 atletas, sendo, no momento, necessário fazer-se uma avaliação, nomeadamente na segurança das pessoas, e se existe ou não capacidade para receber todos. ------Relativamente ao autocaravanismo desregulado, perguntou se iriam ser tomadas medidas imediatas para impossibilitar o acesso dos autocaravanistas junto às muralhas. O senhor Presidente da Câmara disse que as soluções seriam minimalistas, que se poderiam tomar algumas medidas de imediato, como por exemplo impedir que estacionassem naquela zona. Referiu que solicitou um estudo, a ser presente, logo que possível, em reunião de câmara, para que fosse impedido o estacionamento nas zonas das falésias, na Marginal Norte e outras zonas, e que seria sua intenção nas GOP's e orçamento para 2019, serem contempladas algumas intervenções de limitação. Disse, ainda, que já tinham sido pensadas alternativas no Casal Moinho e na Consolação. Referiu que, na sua opinião, o autocaravanismo seria resolvido, em primeiro lugar com a alteração de alguns pormenores do regulamento, mas também, com a criação efetiva de novos espaços, no sentido de não afastar os autocaravanistas de Peniche. -------Solicitou um ponto de situação, relativamente às candidaturas ao Portugal 2020, nomeadamente, Centro Cívico Intergeracional, 2.ª Fase do Fosso da Muralha e Forte de Nossa Senhora da Consolação. O senhor Presidente da Câmara disse que, brevemente, iria haver novo contacto com os dois projetos, já adjudicados, que são: a 2.ª Fase do Fosso e a Antiga Central Elétrica. Em relação ao Forte de Nossa Senhora da Consolação, disse que têm havido algumas dificuldades para avançar com as candidaturas, porque a técnica que faz todo o procedimento está muito subcarregada. ------Relativamente à Fortaleza de Peniche, disse que tinha ficado sem perceber o que seria expectável acontecer nas datas e na utilização do Auditório Municipal, e uma vez que existe um compromisso assumido pelo Governo de reabertura da Fortaleza a 27 de abril de 2019, perguntou o que tem sido

feito junto da DGPC e do Ministério da Cultura, para pressionar e garantir que aquele compromisso

seja honrado. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não se poderia responsabilizar a câmara municipal pela execução de um projeto, que é do Governo e que criou uma espectativa, de abrir o museu a 27 de abril de 2018, que todos sabem que não será possível, podendo, possivelmente, o Governo estar a prever realizar uma iniciativa naquela data. Referiu que iria continuar a pressionar sobre a clarificação do espaço. O senhor Vereador Filipe Sales disse que tinha uma opinião diferente. Referiu que tudo aquilo que não for ao encontro da palavra dada, ou seja, a Fortaleza de Peniche não abrir com o Museu, a 27 de abril de 2019, para si seria mau. Disse, ainda, que caberia à Câmara Municipal pressionar o Ministério da Cultura ou a DGPC, porque se não o fizer, ninguém o fará. O senhor **Presidente da Câmara** disse que não poderia assumir, nem a Câmara Municipal tinha condições para pressionar o Governo para abrir o Museu Nacional no próximo ano, porque todas as pessoas, que estão envolvidas, sabem que não será possível. -------Perguntou se estava prevista a realização dos Sabores do Mar. O senhor **Presidente da Câmara** disse que já tinha referido, diversas vezes, que era seu desejo reativar os Sabores do Mar, inclusive, em sede de Assembleia Municipal, mas que apenas será consagrado nas GOP's e Orçamento para 2019. -------Perguntou se iria decorrer algum evento no Mercado Municipal. O senhor **Presidente da Câmara** referiu que já tinha sido partilhado pela senhora Vice-Presidente relativamente às candidaturas com os concelhos da Murtosa e de Ílhavo, que estava programada uma iniciativa, com a chefe Patricia Borges, no mercado municipal. A senhora Vice-Presidente esclareceu que a iniciativa "Território com História", teria cerca de 32 iniciativas, que estão a ser preparadas pelo Pelouro da Cultura conjuntamente com o Pelouro do Turismo. Referiu que, logo que a listagem, com as 32 iniciativas, estivesse terminada e estruturada, seria partilhada com os senhores Vereadores e presente a reunião de câmara para conhecimento. Disse, ainda, que a candidatura estava aprovada, mas que as iniciativas dentro da candidatura ainda não estão todas aprovadas. ------Disse que a forma como o senhor Presidente da Câmara deu a volta ao texto, em relação à questão dos Sabores do Mar, do evento do mercado Municipal e da aquisição de um armazém, o surpreende, porque tudo o que sejam decisões a ser tomadas em favor da terra, merecem, certamente, da parte dos sete elementos, que compõem a Câmara Municipal, a concordância. Disse que teria que haver lealdade institucional uns com os outros e o que não deveria acontecer, era saberem das coisas antes de serem ditas em sede da Câmara Municipal. O senhor Presidente da Câmara disse que se tratava de uma iniciativa, que se pretendia realizar em setembro do ano 2019, e que seria aprovada em sede das GOP's para ano 2019, como todas as outras iniciativas. Em relação à iniciativa que envolve o concelho de Peniche, de Ílhavo e da Murtosa, disse que os senhores Vereadores já tinham participado numa iniciativa que tinha a ver com aquela candidatura.

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que, em relação à Fortaleza de Peniche, quando o senhor Presidente da Câmara referiu que não deveria ser a Câmara Municipal a pressionar o Governo, no que dizia respeito aos prazos, teriam que ser os Vereadores a pressionar sobre as perguntas que a Câmara Municipal fazia à Direção Geral do Património Cultural e que, ainda, não obtiveram resposta. Disse que já era tempo demais, a Câmara Municipal não saber o que se passava com a obra e com os projetos. Disse que se sentia inútil por não ter uma informação detalhada sobre o que irá acontecer na Fortaleza de Peniche, porque aquele imóvel é património nacional mas está em Peniche. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara, que sempre que tivesse reuniões com a comissão, fizesse um relatório, se possível, escrito, para dar um acompanhamento das decisões que fossem tomando. O senhor **Presidente da Câmara** disse que o que estava a ser pedido, em relação a relatórios, era impossível, porque os serviços não têm capacidade para dar resposta. Em relação à Fortaleza de Peniche, disse que haviam questões que eram tratadas na comissão de acompanhamento, que vai falando de uma forma genérica, referiu que iria solicitar ao senhor Rui Venâncio, Técnico Superior de

Arqueologia, um relatório sobre o que se foi passando, uma vez que participou em todas as reuniões. ------ Perguntou porque é que, no site do município, não existia informação sobre o Plano de Urbanização da Zona Sul, que deve ser público. O senhor Presidente da Câmara agradeceu a chamada de atenção, referindo que iria verificar o que estava a acontecer. ------- Perguntou quando iria haver um relatório sobre habitação social. O senhor Presidente da Câmara disse que já tinha um relatório mas que, na sua opinião está desatualizado. ------ Disse que, no dia 22 de janeiro de 2018, fez uma recomendação, relativamente à necessidade de se fazer uma limpeza nas escadinhas de Santo António e uma iluminação ao local. Perguntou se já sido efetuado. O senhor **Presidente da Câmara** disse que esperava que já tivesse sido feito, mas iria confirmar junto dos serviços, porque a iluminação poderá não ser competência da Câmara Municipal, e sim da EDP.------ Solicitou um ponto de situação, relativamente à Regueira do Poço e à Quinta do Gato Cinzento. O senhor **Presidente da Câmara** disse que foi solicitada a confirmação dos cadastros para, posteriormente, saber o que fazer. - Solicitou uma informação sobre o levantamento das propriedades municipais. O senhor Presidente da Câmara disse que não existe, ainda, condições para o fazer, por falta de recursos humanos. ------ Alertou que na Estrada Ferrel – Atouguia da Baleia, há um poste de madeira que tem um cabo partido e pendurado sobre a estrada. O senhor Presidente da Câmara disse que iria informar a Divisão de Energia e Ambiente. ------- Relativamente ao assunto dos maus tratos a animais, perguntou qual era o ponto de situação. O senhor Presidente da Câmara disse que teria que solicitar informação aos serviços, referindo que existem muitas situações a serem tratadas. ------ Disse que, em novembro de 2017, solicitou um relatório dos armazéns agrícolas, perguntou se já tinha alguma informação. O senhor **Presidente da Câmara** disse que era uma necessidade que se inseria no registo do Património Municipal. ------ Solicitou uma informação escrita sobre o investimento com os écrans nos jogos do mundial. O senhor **Presidente da Câmara** disse que seria presente, na próxima reunião de Câmara, uma informação escrita. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:------

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

atravessamento de Ferrel, dentro da lógica do que se têm vindo a fazer, desviar o tráfego de atravessamento dos centros das cidades, mas nunca demasiado, para deixar de promover proximidades. Relativamente à proposta de estrutura, que era muito antiga, quando se chegasse, criava-se um nó para contornar Ferrel pelo sul, aproveitando para delimitar a povoação e depois ter duas vias que ajudasse, quer a chegar aos Casais de Baleal, quer ao centro de Ferrel. O senhor Presidente da Câmara disse que, tendo em conta que a Rua Cruz das Almas estava um pouco estrangulada, que seria onde estava prevista uma rotunda e o arruamento alternativo para Ferrel não invadir o Baleal, se pretenderem fazer um passeio como se devia fazer, no Largo do Balealcoop, uma vez que não existem grandes opções, porque tem as construções do outro lado, perguntou se nunca tinham ponderado a hipótese de encontrar uma estrada alternativa a sul do Sol Village I. Disse, ainda, que não sabia que eram os proprietários, nem o que estaria previsto para aquela zona, mas ou seria daquela forma ou seria uma coisa menos simpática, que seria abrir um novo arruamento a norte das construções, desconhecendo se seria possível ou não. O senhor Professor **Jorge Carvalho** disse que a verdadeira resposta era não, porque nunca ponderaram aquela hipótese, mas raciocinando a frio e, relativamente ao que o senhor Presidente da Câmara disse, passaria já por estas opiniões. Disse que, caso se recordassem, têm sistematicamente, quando propunham as novas vias de alternativa às povoações, a) pretenderam sempre afastá-las pouco das povoações, para as vias que passam íngreme, já não passem no centro, mas que garantem vivência e, b) procuraram sempre que a via, pelo menos em parte, se pague a si própria com as construções, o que significava naquela perspetiva, pensar que os proprietários, por passar lá uma via não era por estilo, pelo contrário, era uma oportunidade. Referiu que, durante muitos anos, tinham a ideia que, o dinheiro público pagava as vias e os proprietários ficavam com os lucros dos terrenos, mas se ao contrário, for pensado que essas vias seriam pagas através de processos de urbanizações, que os próprios proprietários as pagavam, passar por lá a via já não era ónus nenhum e, portanto, partindo destas duas atitudes que aplicaram sistematicamente, diria que a primeira hipótese a sul, abrir a via, não o faria, porque a via abriria expectativas, pressões e era impensável que a população chegue tão abaixo, numa lógica de não se poder aumentar trincos daquela forma e, portanto, seria uma via exclusivamente a pagar pelo dinheiro público e a originar questões enormes de execução indesejáveis. Disse que, ao contrário, a segunda hipótese que o senhor Presidente da Câmara colocou, do seu ponto de vista, não lhe parecia nada de abandonar como hipótese, podendo ser ponderada, referindo que fazia sentido, por ser uma alternativa perfeitamente possível, podendo ser uma boa ideia, aproveitar as vias que existem. Disse que lhe parecia que a via era suscetível de alargar, sem grandes custos, mas que a sua ideia era um pouco diferente da do senhor Presidente da Câmara, mas valia a pena olhar para ela com atenção, e se ela fosse suficiente, não era necessário pensar outras, agora, olhando para a via e para a ideia de ela ficar mais acima, não lhe parecia nada de abandonar, propondo que fosse estudada a hipótese. O senhor Arquiteto Gil, prosseguindo com a apresentação, disse que em sentido oposto, do ponto de vista dos modos suaves, tentaram que chegasse o mais possível ao Baleal, quer vindo de Peniche, quer vindo de Óbidos, quer vindo de Atouguia da Baleia, quer vindo até do próprio centro de Ferrel. Disse que, naquele sentido protegiam a costa e a paisagem natural, o valor ambiental, que valoriza esta zona e, não só porque POOC obrigava, mas, também, porque fazia todo o sentido que a zona a valorizar, a proteger, se possível, re-naturalizar os sítios onde não esteja naturalizado. Referiu que seriam os limites das povoações do Baleal e Casais do Baleal, sendo que, a ideia seria, que pudesse haver ao centro, a liga-las e a separá-las, uma zona verde comum, a ambas, que possa ser associada a uma oferta alternativa aos dias que não seja possível ir à praia. Referiu que, feita a estrutura viária dos limites de perímetro, havia as questões da estrutura das centralidades, surgindo, naturalmente, a proposta que estava associada à Unidade de Execução do Baleal, em que interiormente fazem os espaços para unidade hoteleira, fazem um calçadão e deslocalizam, aumentando a capacidade de estacionamento e, em Ferrel, reconheciam a centralidade já existente, ampliando-a para sul, para

resolver a questão das festas e do equipamento. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que estavam com perímetros excessivos, relativamente às necessidades, mas que do ponto de vista legal, não lhe oferece dúvidas. O senhor Presidente da Câmara disse que, em relação à zona central, teriam que analisar bem as propostas. O senhor Vereador David Brás perguntou se na Ilha do Baleal estava prevista alguma intervenção, em termos de percursos cicláveis ou se iria manter-se como está. O senhor Arquiteto Gil disse que, principalmente, o acesso deveria ser condicionado o mais possível. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que, na sua opinião, para a Ilha do Baleal deveria ser proibido o acesso de veículos que não fossem de moradores ou cargas e descargas, mas que não tinha que ver com o PDM, mas sim com a colocação de sinalização por parte da Câmara Municipal. Relativamente àquela proposta, a senhora Vereadora Cristina Leitão perguntou se estavam a apresentar o mesmo que já tinha sido apresentado anteriormente e, uma vez que, o processo da Unidade de Execução estava quinado, como se iria resolver aquela situação, se iriam insistir com aquela solução, tal como estava, sabendo, à partida, que teriam dificuldade em resolver a outra. Perguntou qual era a estratégia, porque não percebia como se iria dizer que sim àquela proposta quando existe um histórico, do mandato anterior, de incompatibilidade entre fazer aquilo que seria a vontade da Câmara Municipal com a aquilo que seria a vontade dos proprietários dos terrenos. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que, de acordo com o POOC em vigor, de acordo com o POOC futuro, de acordo com a lei atual, de acordo com interesse público, aquela zona só poderá ser urbanizada em parceria. O senhor **Presidente da Câmara** disse que a sua estratégia era ter respeito pelas pessoas, da negociação permanente, não querendo impor nada a ninguém. Referiu que alguns dos senhores Vereadores disseram, desde o princípio, que achavam que a Unidade de Execução do Baleal era uma prioridade, na sua opinião não é. Disse que a sua opinião era discutir o PDM, discutir todas as áreas, todas as possibilidades e conhecer melhor. Referiu que não conhecia os proprietários dos terrenos envolvidos na Unidade de Execução, mas que era uma necessidade. Disse que tinha informado que, no dia 18 de julho de 2018, iria haver uma reunião com proprietários de duas unidades de execução do Vale do Grou, em relação à unidade de execução do Baleal teria que ser da mesma forma. O senhor Vereador Jorge Gonçalves disse que, tal como a senhora Vereadora Cristina Leitão, via aquela solução apresentada, replicar a unidade de execução do Baleal, que teve o desfecho que teve, a Câmara Municipal, há mais de um ano, decidiu não colocar o assunto público. Disse que a questão colocada pela senhora Vereadora Cristina Leitão era muito importante, relativamente à metodologia que a Câmara Municipal iria adotar. Disse que, em primeiro lugar, se deveria ter reunido com os proprietários, no sentido de encontrar uma solução, levando-os, também, a verificar, quais seriam os perigos existentes, caso não encontrem uma solução de planeamento para o local. O senhor Presidente da Câmara disse que iriam falar com a população, não impondo nada, indo à procura de consensos e explicando e, irem ao terreno, devidamente preparados, para dar respostas e saberem ouvir. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que, em relação à Serra d'El-Rei, o método seria o mesmo das outras localidades, tendo sido apresentado o estudo elaborado para o local. O senhor **Presidente da Câmara** perguntou se não faria mais sentido, uma zona industrial ou uma zona económica na Serra d'El-Rei, ficar fora da vila. O senhor Arquiteto Gil disse que sim, sem dúvidas, o Vale do Grou, que será uma zona industrial para atividade económicas. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que, em termos de atividades económicas, a ideia que têm era que, em função da procura, o Vale do Grou seria a resposta e, posteriormente, pensar que, quer em Ferrel, quer na Serra d'El-Rei, poderem ter uma pequena área de atividades económicas, integrando-a nas populações. A senhora Vereadora Cristina Leitão disse que Peniche tinha uma urbanização no município vizinho e julga serem os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a fornecer a água, mas pagam o IMI, no concelho de Óbidos, e perguntou qual era a possibilidade de alterar aqueles limites. O senhor Professor Jorge Carvalho disse que era uma decisão da Assembleia da República, mas caso haja um entendimento entre os Municípios, não

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

PROTOCOLOS:

INTERVENÇÃO SOCIAL:

7) Alteração da titularidade do arrendamento de um fogo, sito no Bairro do Calvário, n.º 40, em Peniche, a favor de António Manuel Costa Vala, Márcio José Costa Pereira e Ludgero Emanuel da Ascensão Pereira, e atualização do valor da renda — Pelouro da Solidariedade
<i>Social:</i>
Deliberação n.º 883/2018: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada
de 27 de junho de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta
anexa ao livro de atas:
«Considerando a informação do setor de Planeamento e Intervenção Social, que se anexa, propõe-se à Câmara a Municipal, a alteração de titularidade do fogo supra referenciado, a favor
de António Manuel Costa Vala, Márcio José Costa Pereira e Ludgero Emanuel da Ascensão
Pereira, nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 1106.º, da Lei n.º 31/2012, de 14
de agosto, que altera o Novo Regime do Arrendamento Urbano, definido na Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, relativo à transmissão do arrendamento.
Propõe-se, igualmente, a atualização do valor da renda de casa, para 55,31 €, de acordo com o
estipulado na alínea a), do n.º 1, do artigo 23.º e n.º 2 do artigo 37.º, ambos definidos na Lei n.º
32/2016, de 24 de agosto, que altera a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, que estabelece o novo
Regime de Arrendamento Apoiado para Habitação.» O senhor Vereador David Brás não esteve
presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.598 NIPG
10074/18)

PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS:

10) Cancelamento de garantia bancária, requerido pela empresa Construções Pragosa, S.A. –

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO:

- No dia 2 de maio de 2014, foi celebrado Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, entre o Município de Peniche e a Freguesia de Atouguia da Baleia;
- No âmbito do contrato interadministrativo foram delegadas na Freguesia as seguintes competências:
 - Manutenção e conservação de caminhos municipais;
 - Manutenção e reparação de arruamentos e pavimentos pedonais;
 - Execução de obras diversas.
- O exercício das competências delegadas é concretizado, exclusivamente, na disponibilização de recursos financeiros e materiais por parte do Município à Freguesia;
- O artigo 5.º do contrato interadministrativo prevê que para a execução de obras as partes celebrem acordo escrito.
- O Município de Peniche, neste momento, não dispõe de capacidade técnica necessária para a execução desta obra, e
- A Freguesia de Atouguia da Baleia manifestou interesse em desenvolver esta obra.

Proponho que seja celebrado acordo, entre o Município de Peniche e a Freguesia de Atouguia da Baleia, para a execução da obra de criação de passeio Rua Infante D. Henrique, Bufarda, em Atouguia da Baleia.

LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES DIVERSAS:

14) Licenciamento de festa religiosa com procissão, em honra do Imaculado Coração de Maria,

e de arraial ao ar livre, na localidade do Casal Moinho, requerido pela Associação Desportiva e Recreativa do Casal Moinho, com isenção de taxas – Pelouro da Administração Geral:-----**Deliberação n.º 890/2018:** Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2018, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----«Atendendo ao solicitado pela Associação Desportiva Recreativa de Casal Moinho, por requerimento, registado nestes serviços no dia 15 de junho de 2018, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, datada de 25 de junho de 2018, proponho que se autorize a emissão de uma licença de recinto improvisado, nos termos dos artigos 3.°, 14.° e 15.° do Decreto-Lei n.° 268/2009, de 29 de setembro, para a realização da Festa Anual com baile, no recinto anexo à sede da associação, sito no Largo da Associação, nos dias de 13 a 16 de julho de 2018, Autorização para Espetáculos de Divertimentos e outras Ações Públicas ao Ar Livre, para realização dos eventos musicais, nos termos do artigo 41.º do Regulamento de Atividades Diversas do Município de Peniche, devendo a mesma observar o disposto no artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/05, de 23 de março, Autorização prévia para lançamento de artefactos pirotécnicos, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 124/06, de 28 de junho, e autorização para realização de Procissão Religiosa, no dia 15 de julho de 2018, entre as 16:00 e as 17:00 horas, nos termos do artigo 7.º do Decreto Regulamentar n.º 2-A/2005, de 24 de março;

Atendendo, ainda, à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a Associação Desportiva Recreativa de Casal Moinho, do pagamento das respetivas taxas.» O senhor Vereador David Brás não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.603 NIPG 9378/18) ------

DIVISÃO DE ENERGIA E AMBIENTE:

APOIOS DIVERSOS:

Considerando que a atribuição dos apoios solicitados é da competência da Câmara Municipal. Proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, atribua o apoio à Equipa Alamo -

«Considerando a solicitação do Agrupamento de Escuteiros 456 Silvares - Guimarães e a informação do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, datada de 27 de junho de 2018, que se anexa, relativa ao acampamento no Parque nos dias 30 de junho e 1 de julho mediante os escuteiros efetuarem o pagamento dos preços praticados na época baixa, de acordo com a disponibilidade do parque.

Considerando que a atribuição dos apoios solicitados é da competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Considerando que a atividade tem início no dia 30 de junho de 2018 e que a próxima reunião da Câmara Municipal é no dia 2 de julho de 2018.

no Parque de 6 a 9 de julho de 2018 mediante o pagamento dos preços praticados na época baixa, de acordo com a disponibilidade do parque, que se anexam.

«Considerando à solicitação do Acampamento Agrupamento de Escuteiros 12/2 de Lapas - Torres Novas e a informação do Parque Municipal de Campismo e Caravanismo, datada de 27 de junho de 2018, que se anexa, relativa ao acampamento no Parque de 29 de junho a 1 de julho mediante os escuteiros efetuarem o pagamento dos preços praticados na época baixa, de acordo com a disponibilidade do parque.

Considerando que a atribuição dos apoios solicitados é da competência da Câmara Municipal, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Considerando que a atividade tem início no dia 29 de junho de 2018 e que a próxima reunião da Câmara Municipal é no dia 2 de julho de 2018.

ABRIGOS DOS PESCADORES DA BERLENGA:

«Considerando a informação prestada pelos serviços do Município, informação 18/2018 da Divisão de Administração e Finanças, proponho que a Câmara Municipal tome conhecimento da lista de candidaturas apresentadas no 2.º procedimento de atribuição das Casas denominadas "Abrigo dos Pescadores" sitas na ilha da Berlenga para o ano 2018, nos termos e para efeitos do n.º 2 do artigo 15.º do Regulamento de Atribuição das Casas denominadas "Abrigo dos Pescadores" sitas na Ilha da Berlenga.» O senhor Vereador David Brás não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.612 NIPG 10075/18) --------

DIVERSOS:

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º <u>901/2018</u>: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -------

ENCERRAMENTO:

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 3 de setembro de 2018, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.------

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição,

(assinado no original)
